BAHIA PESCA

GOVERNO DO ESTADO BAHIA

BAHIA PESCA S.A.

CNPJ: 13.187.745/0001-53
NIRE 2930006886-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS SOCIAIS E OS PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO EXERCÍCIO FINDO

Senhores acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.ªs o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, ao tempo em que agradecemos ao Governo do Estado pelo apoio recebido.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em reais, centavos omitidos)

ATIVO	NE	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2022	2021
CIRCULANTE		**5.844.082**	**7.051.476**	**CIRCULANTE**		**12.453.810**	**13.575.679**
Disponibilidades	3	1.674.386	2.570.552	Obrigações	11	148.430	141.722
Contas a Receber	4	30.808	30.808	Fornecedores	12	1.357.176	1.316.525
Estoques	5	958.078	1.095.743	Provisão p/ Férias e Encargos	13	325.917	263.956
Adiantamentos - Convênios	6	2.024.410	2.483.160	Convênios	14	10.571.437	11.803.022
Adiantamentos - Fornecedores	6	1.069.990	779.174	Credores Diversos	15	50.850	50.454
Adiantamentos - Funcionários	6	53.768	36.882	**NÃO CIRCULANTE**		**2.359.690**	**2.359.690**
Depósitos Judiciais		14.636	0	Processos Judiciais	16	2.359.690	2.359.690
Despesas Antecipadas	7	1.586	36.577	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	17	**-8.451.737**	**-8.384.759**
Resp. Prestação de Contas	8	16.420	18.580	Capital Social		4.824.689	4.824.689
NÃO CIRCULANTE		**517.682**	**499.134**	Reserva de Capital		390.650	390.650
Imobilizado	9	**517.682**	**435.628**	Prejuízos Acumulados		-13.758.817	-12.456.105
Imóveis		626.807	626.807	Resultado do Exercício		-66.978	-1.302.712
Móveis		2.244.935	2.098.493	Ajuste de Avaliação Patrimonial		158.719	158.719
(-) Depreciação		-2.354.061	-2.289.672	**Total do Patrimônio líquido**			
Intangível	10	**0**	**63.506**				
Intangível		649.974	649.974				
(-) Amortização		-649.974	-586.468	**TOTAIS DO PASSIVO E PATRIMÔNIO**			
TOTAIS DO ATIVO		**6.361.763**	**7.550.609**	**LÍQUIDO**		**6.361.763**	**7.550.609**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 (Em reais, centavos omitidos)

	NE	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**128.020**	**242.460**
Vendas de Produtos e Mercadorias		128.020	242.460
DEDUÇÕES		**(21.705)**	**(50.486)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**106.315**	**191.974**
CUSTOS PRODUTOS VENDIDOS E DOADOS		**(151.727)**	**(251.441)**
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		**(45.412)**	**(59.466)**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		**22.954.434**	**18.943.490**
Subvenções Econômicas p/ Custeio e Produção		22.954.434	18.943.490
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(22.975.999)**	**(20.186.736)**
Administrativa		(15.742.529)	(12.770.458)
Pessoal		(6.434.239)	(6.094.887)
Depreciação/Amortização		(212.194)	(196.134)
Tributária		(10.403)	(43.555)
Despesas Financeiras, líquida		(31.767)	(1.230.795)
Receitas Financeiras, líquida		11.865	2.708
Outras receitas (despesas)		(556.733)	146.386
RESULTADO DO EXERCÍCIO	17b	**(66.978)**	**(1.302.712)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 (Em reais, centavos omitidos)

	Capital Social	Reserva de Capital	Luc. ou Prej. Acumulados	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**4.824.689**	**390.650**	**-12.297.387**	**-7.082.048**
Prejuízo do Exercício			-1.302.711	-1.302.711
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.824.689**	**390.650**	**-13.600.098**	**-8.384.759**
Prejuízo do Exercício			-66.978	-66.978
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.824.689**	**390.650**	**-13.667.076**	**-8.451.737**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 (Em reais, centavos omitidos)

	NE	2022	2021
(-) Prejuízo Líquido do Exercício		(13.758.817)	(12.456.105)
(-) Resultado do Exercício		(66.978)	(1.302.712)
Outros Resultados Abrangentes			
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	17c	158.719	158.719
(=) RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DOS EXERCÍCIOS		**(13.667.076)**	**(13.600.098)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

LEVANTADOS EM 31/12/2022 E 2021 (Em reais, centavos omitidos)

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Líquido	(66.978)	(1.302.712)
Ajustes que não apresentam entrada/saída de caixa	**127.895**	**166.984**
Depreciação, Amortização	127.895	166.984
Variação de Ativos Operacionais	**311.228**	**(769.459)**
Contas a receber	-	0
Estoques	137.665	(252.727)
Adiantamentos	151.048	(477.527)
Depósitos Judiciais	(14.636)	-
Despesas Antecipadas	34.991	(35.725)
Responsabilidade Prestação de Contas	2.160	(3.480)
Variação de Passivos Operacionais	**(1.121.869)**	**2.719.053**
Fornecedores	40.651	574.014
Impostos, Contribuições Sociais a Pagar	6.708	(16.312)
Provisões p/ Férias e Encargos	61.961	21.603
Convênios	(1.231.585)	510.081
Credores Diversos	396	862
Processos Judiciais	-	1.628.805
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**(749.724)**	**813.866**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	**(146.442)**	**(3.667)**
Aplicação / baixa no Imobilizado	(146.442)	(3.667)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(146.442)**	**(3.667)**
TOTAL DE CAIXA GERADO	**(896.166)**	**810.199**
Representado por:		
Disponibilidades no início do período	2.570.552	1.760.353
Disponibilidades no fim do período	1.674.386	2.570.552
VARIAÇÃO DISPONIBILIDADES DO PERÍODO	**(896.166)**	**810.199**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL: A Bahia Pesca S/A é uma sociedade vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia, fundada em setembro de 1982, com personalidade jurídica de direito privado, de sociedade por ações de capital autorizado, autonomia administrativa e financeira, regida pela Lei 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, por seu Estatuto, pelo Regimento Interno e pelas normas reguladoras que adota, e demais disposições legais pertinentes. Tem como objetivo a elaboração, coordenação, supervisão, controle e avaliação dos planos, programas e projetos, realizar pesquisas, aprimorar tecnologia e atividades concernentes à pesca e agricultura no âmbito do Estado da Bahia, apoio institucional às colônias de pesca, administração de terminais pesqueiros e unidades de aquicultura. Para a consecução dessas finalidades, participa de empreendimentos a ela correlatos, exerce atividades de captura, criação, armazenamento e comercialização de organismos aquáticos. A Bahia Pesca S/A contempla o regime de economia mista, o qual reúne capital privado e público, com a particularidade de maiores ações de posse do governo. Com isso, suas decisões estratégicas e administrativas tomadas pelo estado tem objetivos relacionados aos interesses coletivos, atendendo as finalidades do seu estatuto: promover, executar e fomentar a política de desenvolvimento do setor pesqueiro aquícola, no âmbito do Estado da Bahia, a comercialização de bens e a prestação de serviços com preceito econômico. O resultado contábil e financeiro foi negativo em R$ 66.789 (31/12/2022) e negativo em R$ 1.302.712 (31/12/2021), aumentando apenas 0,49% do prejuízo acumulado total, saindo de R$13.758.817 em 2021 para R$13.825.795 em 2022. Acumulando o Passivo a descoberto de R$8.451.737 (2022) e R$ 8.384.759 (2021). Embora a empresa apresente em seu Balanço um valor expressivo de Prejuízo Acumulado e Passivo a Descoberto, não existe o risco de ocorrer uma descontinuidade operacional da Companhia, isso porque seu principal acionista e controlador é o Governo do Estado da Bahia, que detém 93,44% das ações da empresa, preserva os recursos necessários para a manutenção da sociedade, sob a forma de subvenções econômicas.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 2.1 Apresentação das demonstrações financeiras: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas na legislação societária, que incorporam a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações contidas nas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09. Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Demonstrações Financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, diferido e intangível, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As demonstrações apresentadas com base nos saldos contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são compostas de: 1) Balanço Patrimonial na forma de Ativo (bens e direitos), Passivo (obrigações) e Patrimônio Líquido, de modo a expressar a posição econômico-financeira e patrimonial; 2) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), apresentando o reconhecimento das receitas, custos e despesas; 3) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), objetivando mostrar as variações ocorridas no Patrimônio Líquido do Instituto e 4) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), cuja principal função é mostrar a geração ou consumo dos recursos financeiros e sua aplicação no desenvolvimento das operações da entidade. **2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Entidade:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei vigente e consoante as seguintes diretrizes contábeis: **a)** A Companhia utiliza em seu sistema de plano de contas contábil classificação e distribuição das contas adequadas às suas características societária e funcional, cujo principal objetivo é a transparência das Demonstrações Financeiras; **b)** Os direitos e obrigações são registrados de forma a demonstrar com a máxima transparência a real situação econômico-financeira e patrimonial da Companhia conforme determinam as normas contábeis, em consonância com a Lei nº. 6.404/76 e suas alterações, conforme critérios a seguir:

Ativo e Passivo Circulante - Agrupa registros cuja previsão para realização ocorre a curto e médio prazo, considerando para o Ativo suas possibilidades de realização e para o Passivo os valores conhecidos, calculáveis ou estimáveis, sendo, para ambos, incluídos quando aplicável as variações monetárias, rendimentos e encargos incorridos e constituição de provisão para redução dos ativos e passivos ao valor a que se referirem. Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado com base nas quantidades aferidas em inventário, estimadas e seus controles de produção, materiais e insumos. **Ativos Não Circulantes** - Agrupa contabilizações cuja previsão para realização ocorre a longo prazo, constante Direitos, Investimentos, Imobilizados e Intangíveis. **a) Imobilizado** – é deduzida depreciação calculada pelo método linear, cujas taxas aplicadas variam de 4 a 20% a.a, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária brasileira, conforme Nota Explicativa nº 09. Foram realizados estudos da vida útil econômica dos bens deste ativo, consoante previsto nos itens 53 e 54 do CPC 13, através de IMPAIRMENT, realizado em 31 de dezembro de 2022. **b) Intangível** – O intangível constituído em 2011 foi contabilizado em função de novas atividades de desenvolvimento de produção e criação de alevinos, megalopas de caranguejo e siri, sendo estabelecido naquele exercício o início de sua amortização, que está sujeita a avaliação periódica em função das possibilidades de retorno dos gastos realizados, consoante dispõe o CPC 04 – Ativo Intangível. **Passivo Não Circulante** - Agrupa saldos das obrigações com previsão de liquidação em datas posteriores a 01 de janeiro de 2023. Neste grupo se encontram registradas as contas com saldos de Indenizações Trabalhistas, parcelamentos de processos judiciais e outras com pagamentos sujeitos a atualização monetária pela variação da taxa SELIC, de acordo com as normas fiscais vigentes. **Provisão para Processos Judiciais e Indenizações Trabalhistas** – Constituída em face de possível risco de condenação da Companhia em demandas gerais e trabalhistas. O critério adotado para a sua constituição parte do cálculo da sentença em primeiro nível e/ou estimativa fornecida pela empresa e seus advogados, sendo revisto em decorrência do andamento processual. **Apuração de Resultado:** É apurado pelo Regime de Competência, contabilizando as subvenções econômicas recebidas do acionista controlador como outras receitas operacionais quando do seu ingresso na companhia. As despesas operacionais são apresentadas com a inclusão dos valores apurados dos custos dos produtos (Alevinos, Reprodutores e outros) doados dentro dos programas de interesse social. **Principais fontes de julgamentos e estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, quando aplicável, estimativas referentes a provisão para riscos trabalhistas, definição da vida útil dos ativos imobilizados e outras similares, às quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas À probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **CONSIDERAÇÕES GERAIS:** Obedecendo ao conceito de transparência das Demonstrações Financeiras, destacamos alguns grupos de contas para demonstração dos saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme a seguir:

NOTA 3 - DISPONIBILIDADES: As contas bancárias de Convênios são decorrentes dos recursos específicos recebidos a título de subvenção para manutenção dos projetos da Bahia Pesca, registrados e acompanhados em contrapartida no passivo, na rubrica "Credores por Convênios e Outras Obrigações", como obrigação. Além disso, existem contas de Convênios Federais ainda vigentes que são contabilizados na mesma rubrica. A Companhia mantém as aplicações financeiras em investimentos de baixo risco e mantidas em instituições financeiras, nas quais a administração entende que são de primeira linha e de tradicional credibilidade. Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

3.1 BCM - CRÉDITOS INTRA-GOVERNAMENTAIS	**2022**	**2021**
FIPLAN DESTINAÇÃO DE RECURSO 0100	346.414	531.589
FIPLAN DESTINAÇÃO DE RECURSO 0213	1.961	998
FIPLAN DESTINAÇÃO DE RECURSO 0300	389.388	81.479
CONTA DE ARRECADAÇÃO BB 991.934	235.066	168.029
FIPLAN DESTINAÇÃO DE RECURSO 0888	169.368	0
FIPLAN DESTINAÇÃO DE RECURSO 0613	77.889	131.805
CONTA DE ARRECADAÇÃO DR 626	84.100	84.100
DEEST REC 0100500096 EMENDA	37.464	37.464
SUB TOTAL	**1.341.649**	**1.035.464**
3.2 BCM - CONVÊNIOS	**2022**	**2021**
BB - CONV 74/08 - 992.075-7	292	292
BB - CONV 09/13 - PETROBRAS	441	633
BB - CONV NOVA VIÇOSA	31.590	29.206
BB - CONV PESCA ARTESANAL	20.903	545.365
BB - CONV FÁBRICA DE GELO	255.662	494.368
BB - CONV MERCADO DO PEIXE	28.009	465.223
SUB TOTAL	**336.897**	**1.535.088**
3.3 CLIENTES	**2022**	**2021**
CLIENTES FAZENDA ORUABO	-4.160	0
SUB TOTAL	**-4.160**	**0**
TOTAL GERAL DAS DISPONIBILIDADES	**1.674.386**	**2.570.552**

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER: Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	2022	2021
CHEQUES DEVOLVIDOS SEDE	5.764	5.764
CHEQUES DEVOLVIDOS - FAZ ORUABO	17.060	17.060
CHEQUE DEVOLVIDO - ILHEUS	7.984	7.984
TOTAL	**30.808**	**30.808**

A Assessoria Jurídica da Bahia Pesca S/A teceu Parecer quanto aos cheques devolvidos, conforme trechos a seguir:

"Passado o prazo previsto para apresentação dos cheques, inicia-se, então, a contagem do prazo prescricional de 6 (seis) meses, contados da expiração do prazo de apresentação para execução do título, em face do devedor (emitente, endossante, avalistas), prazo este previsto no art. 59, da Lei nº 7.357/85, abaixo:

Art. 59. Prescrevem em 6 (seis) meses, contados da expiração do prazo de apresentação, a ação que o art. 47 desta lei assegura ao portador. Entretanto, não é de conhecimento desta ASJUR a execução de qualquer dos cheques dispostos na relação apresentada, onde o título executivo de crédito mais recente é do ano de 2018, já tendo, portanto, prescrito o prazo para ingresso de ação de execução".

Dito isso, quando se encerra o prazo prescricional de seis meses para entrar com a execução, imediatamente inicia-se o prazo de 2 (dois) anos para entrar com a ação de locupletamento, conforme previsto no art. 61, da Lei nº 7.357/85, vejamos:

Art . 61 A ação de enriquecimento contra o emitente ou outros obrigados, que se locupletaram injustamente com o não-pagamento do cheque, prescreve em 2 (dois) anos, contados do dia em que se consumar a prescrição prevista no art. 59 e seu parágrafo desta Lei. Neste ínterim, haveria possibilidade jurídica de ajuizamento de ações para recebimento dos valores não pagos, naqueles casos em que os prazos dos cheques atendam o quanto previsto na lei, entretanto, vale salientar que estas medidas gerariam gastos para a empresa, o que poderia não justificar, considerando os baixos valores dos cheques devolvidos. Este, inclusive, também foi o entendimento da representante do sócio majoritário (Estado), Procuradora do Estado (PGE), em AGO. Dito isso, em que pese mais da metade dos cheques já estejam prescritos, esta ASJUR sugere o encaminhamento de Notificações Extrajudiciais para cada um dos devedores, a fim de cobrar a quitação imediata dos valores dos cheques devolvidos, sob pena de serem adotadas as providências cabíveis, ainda que em alguns destes casos não exista nem mais a possibilidade do ajuizamento, em virtude da prescrição, sendo, portanto, o encaminhamento da Notificação Extrajudicial a alterativa mais viável para o momento, quiçá a única alternativa em alguns dos casos".

Entretanto, ao entrarmos em contato com os bancos, os mesmos não possuem mais as cópias de cheques, sendo impossível identificar os devedores, conforme e-mails encaminhados e recebidos dos bancos.

NOTA 5 - ESTOQUES: Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	2022	2021
ALMOXARIFADO SEDE	24.260	10.197
ALEVINOS	32.808	5.208
REPRODUTORES	602.845	667.903
CAMARÃO	9.265	9.265
INSUMOS	288.901	403.170
TOTAL	**958.078**	**1.095.743**

O somatório das contas denominadas Alevinos, Reprodutores, Camarão, Insumos e Almoxarifado compõe o Estoque apurado com base em inventário do exercício de 2022 e em controles fornecidos pelas Unidades.

NOTA 6 - ADIANTAMENTOS: Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

6.1 ADIANTAMENTOS - CONVÊNIOS		**2022**	**2021**
FUNDAÇÃO DE ASSIST SOCIO EDUCATIVA	(1)	1.660.413	1.660.413
COLONIA PESCADORES Z-23		18.226	18.226
ASSOC AGRC PESC E FAMILIARES		120.000	120.000
COLÔNIA PESCADORES Z-23		20.000	20.000
FAPESCA CONV 02/2017	(3)	105.772	105.772
COLÔNIA PESCADORES Z-16		40.000	40.000
CIDE CAPACITAÇÃO		0	20.000
COOPERAT PISCIC TANHACU		0	498.750
CTS TERMO COLABORAÇÃO 01/2021		60.000	0
SUB TOTAL		**2.024.410**	**2.483.160**
6.2 ADIANTAMENTOS - FORNECEDORES		**2022**	**2021**
ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO		50.437	0
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS		240.379	0
FASEC - CONV 24 E 26/2007	(1)	578.960	578.960
ACE SOLUTIONS		31.930	31.930
DEPÓSITOS JUDICIAIS		182.919	168.284
SUB TOTAL		**1.084.626**	**779.174**
6.2 ADIANTAMENTOS - FUNCIONÁRIOS		**2022**	**2021**
ADIANTAMENTOS	(2)	53.768	36.882
SUB TOTAL		**53.768**	**36.882**
TOTAL GERAL		**3.162.804**	**3.299.216**

(1) Os valores R$ 1.660.413 e R$ 578.960, referentes a Adiantamentos à FASEC – Fundação de Assistência Sócio-Educativa e Cultural são provenientes dos Convênios nº 24 e 26/2007, respectivamente, que não houve prestação de contas. Entretanto, a Bahia Pesca instaurou Tomada de Contas Especial nº 01/2013 e 02/2013 depois de esgotadas as medidas administrativas para ressarcimento do dano. (2) A conta de Adiantamentos a Funcionários decorre de valores de adiantamento para despesas e para diárias. (3) O Convênio Fapesca nº 02/2017 foi prestado contas parcialmente, entretanto, a Bahia Pesca providenciou a instauração de Tomadas de Contas Especial.

NOTA 7 - DESPESAS ANTECIPADAS: Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	2022	2021
ASSINATURAS DE JORNAIS E REVISTA	63	58
VALE TRANSPORTE	0	1.162
VALE ALIMENTAÇÃO	0	33.921
SEGURO IMOVEL	1.522	1.437
TOTAL	**1.586**	**36.577**

As despesas antecipadas nesse grupo contemplam, em 2022, apenas as assinaturas de jornais e seguro imóvel, que foram adquiridos e quitados, porém com o recebido contínuo dos serviços até 12 meses de contrato. O imóvel assegurado é o Terminal Pesqueiro de Ilhéus, com vigência até 15/03/2023, firmado com a empresa Porto Seguro Cia de Seguros Gerais.

NOTA 8 - RESPONSABILIDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: De acordo com a Instrução Normativa SAF/SEFAZ nº 21, de 29 de novembro de 2017, que estabelece procedimentos para execução de despesas mediante regime de adiantamento no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, seu art. 43, parágrafo 5º, discorre que caberá às Diretorias de Finanças inscrever, em responsabilidade, o servidor caso o mesmo não atenda aos prazos de prestação de contas. Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	2022	2021
ANDRÉ DE SOUZA	4.000	4.000
MÁRCIO CARVALHO	0	0
FÁBIO CRUZ	3.500	8.000
NILSON CARDOSO	1.680	1.680
PAULO REIS	0	2.400
FELIPE VIEIRA	500	2.000
MANOEL BARBOSA	500	500
RESPONSABILIDADE A APURAR - AGNALDO EÇA	3.000	0
INSCRIÇÃO EM RESPONSAB. ANSELMO DA SILVA	2.640	0
INSCRIÇÃO EM RESPONSABILIDADE JORGE LUIZ	600	0
TOTAL	**16.420**	**18.580**

NOTA 9 - IMOBILIZADO: Os saldo desta conta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

BENS	31/12/2022 MOVIMENTAÇÃO			31/12/2021
	CUSTO	DEPREC.	LÍQUIDO	
IMOVEIS	626.807	(619.807)	7.000	7.000
MOVEIS E UTENSILIOS	266.295	(218.994)	47.302	53.210
MAQUINAS E APARELHOS	1.087.733	(811.853)	275.880	296.540
VEICULOS E EMBARCAÇÕES	304.299	(302.077)	2.222	1.257
SISTEMA DE PROC. DE DADOS	297.235	(275.755)	21.480	67.105
OUTROS BENS MOVEIS	142.931	(125.575)	17.356	10.516
TOTAL	**2.725.300**	**(2.354.061)**	**371.239**	**435.628**

A Companhia efetuou a contratação de serviços de *Impairment* para realização dos testes de Recuperabilidade dos Bens do Ativo no exercício de 2022. Dessa forma, atendeu a legislação vigente quanto à avaliação do ativo imobilizado, mediante apresentação de relatório conclusivo com data base em 31/12/2022. Buscando melhoria dos controles dos bens patrimoniais e seus registros contábeis, foram realizados inventários periódicos.

NOTA 10 - INTANGIVEL: A conta do Intangível foi 100% amortizada.Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	31/12/2022 MOVIMENTAÇÃO			31/12/2021
	CUSTO	AMORTIZ.	LÍQUIDO	
SOFTWARE 2011	14.927	(14.927)	0	0
PESQUISA E DESENV DE ALEVINOS DE BIJUPIRA	396.904	(396.904)	0	39.691
PESQUISA E DESENV DE ALEVINOS PEIXES MARINHOS	79.381	(79.381)	0	7.938
PESQUISA E DESENV MEGALOPAS DE CARANGUEJO	79.381	(79.381)	0	7.938
PESQUISA E DESENV MEGALOPAS DE SIRI	79.381	(79.381)	0	7.938
TOTAL	**649.974**	**(649.974)**	**0**	**63.506**

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES: Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	2022	2021
IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	129	0
ISS RETIDO NA FONTE SEDE	646	0
PIS/PASEP	446	183
COFINS	2.053	841
ICMS A PAGAR	4.235	378
RETENÇÃO CSLL 4,65%	602	0
PROVISÃO CSLL	52.620	52.620
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA	87.700	87.700
TOTAL	**148.430**	**141.722**

No Balanço do exercício social de 2011 houve resultado positivo, nos quais os impostos foram provisionados.

NOTA 12 - FORNECEDORES: Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

12.1 FORNECEDORES	**2022**	**2021**
TELEMAR	22.272	22.326
PRODEB	43.221	43.620
COELBA	95.720	18.728
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	394	0
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	595	0
TELEFONICA BRASIL	573	573
EMBASA	56.578	0
CS RAMALLO	59	0
REALIZA TRANSP E LOCAÇÃO	0	20.317
CRETA COMERCIO E SERVIÇOS	70.874	82.158
ASSOC HUMANAS	225.793	225.793
SUB TOTAL	**516.078**	**413.515**
12.2 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**2022**	**2021**
BAHIA PESCA S/A	5.463	1.127
CRETA COMERCIO E SERVIÇOS	271	271
VALDEMIRO ANTONIO COSTA	0	65.008
LOGIN INFORMATICA	0	759.150
BRM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA.	1.378	0
SEC BAHIA DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.	25	0
AGROPET COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE FERTILIZ	391.230	0
BJP COMÉRCIO EIRELI	209.150	0
SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA	1.961	0
JP EQUIPAMENTOS LTDA	7.740	0
SUB TOTAL	**617.218**	**825.556**
12.3 RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**2022**	**2021**
TELEFONICA BRASIL	250	250
SAAE	1.012	1.500
TELEMAR NORTE	7.915	4.500
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	0	0
TOTV'S	0	0
RCV MOTORES	4.950	4.950
BANCO DO BRASIL S/A	47	300
NOVAREDE COMERCCIO	250	250
SESI	8.163	42.743
RAAC - AUDITORES E CONSULTORES	0	12.400
BEDANTE TECNOLOGIA	10.560	10.560
BIOLAVSEC SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO	102	0
DDN SERVIÇOS DE SOFTWARE LTDA	49.440	0
PRODEB	15.674	0
FORTLEV INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	1.086	0
JL MANUTENÇÃO E SERVIÇOS MECANICOS	350	0
QUALITY ELETROMOVEIS LTDA	110.106	0
AR EQUIPAMENTOS LTDA	13.976	0
SUB TOTAL	**223.880**	**77.454**
TOTAL GERAL	**1.357.177**	**1.316.525**

NOTA 13 - PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS: Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	2022	2021
PROVISÃO DE FÉRIAS	197.985	164.546
ENCARGOS S/ PROVISÃO DE FÉRIAS	132.966	103.325
PROVISÃO LEI ESTADUAL Nº 12.949/14 (1)	-5.034	-3.915
TOTAL	**325.917**	**263.956**

(1) Lei Estadual nº 12.949 de 14 de fevereiro de 2014 (Lei Anticalote), que institui mecanismo de controle do patrimônio público do Estado da Bahia, dispondo sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos Poderes Públicos do Estado da Bahia.

NOTA 14 - CONVÊNIOS: Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	2022	2021
CONVENIO 074/2008	292	292
CONVENIO 09/2013	441	633
CONVENIO 43/2020	20.903	545.365
CONVENIO 902002/2020	31.590	29.206
CONVENIO 893471/2019	255.662	494.368
CONVENIO 89089/2019	28.009	465.223
CONVENIO FONTE 28	4.728.667	4.729.382
CONVENIO FIES FONTE 60	78.023	78.023
DOAÇÃO	-61.028	-61.028
CONTRAPARTIDA DEST DE RECURSO 0128	3.458.305	3.666.422
CONTRAPARTIDA DEST DE RECURSO 0324	1.671.663	1.671.663
CONTRAPARTIDA DEST DE RECURSO 0328	178.915	178.915
CONTRAPARTIDA DEST DE RECURSO 0888	179.995	179.995
TOTAL	**10.571.437**	**11.803.022**

Os convênios descritos acima foram firmados com o governo federal, especificamente com o MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária.

NOTA 15 - CREDITOS DIVERSOS: Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2022 e 2021

BAHIA PESCA

GOVERNO DO ESTADO BAHIA

BAHIA PESCA S.A.

CNPJ: 13.187.745/0001-53
NIRE 2930006886-1

Continuação

CAPITAL SOCIAL	2022		2021	
AÇÕES	QTD	VALOR	QTD	VALOR
ORDINÁRIAS	15.027.287	4.508.183	15.027.287	4.508.183
PREFERENCIAIS - CLASSE A	1.051.720	316.506	1.051.720	316.506
TOTAL	**16.079.007**	**4.824.689**	**16.079.007**	**4.824.689**

Demonstrativo da composição acionária em 31/12/2022:

ACIONISTA	AÇÕES ORDIN.		AÇÕES PREFER.	
	QTD	VALOR	QTD	VALOR
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	15.024.096	4.507.229	0	0
FRISUBA	3.179	954	0	0
OUTRAS	12		0	0
SUPRA	0	0	1.051.720	316.506
TOTAL	**15.027.287**	**4.508.183**	**1.051.720**	**316.506**

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém lhes são asseguradas, no mínimo, os seguintes direitos e vantagens: a) Intransferibilidade, pelo prazo de 04 (quatro) anos, de acordo com o art. 19 do Decreto-Lei n.º 1.376/76; b) Prioridade no recebimento de dividendos mínimos não cumulativos e equivalentes a 6% ao ano sobre o valor nominal; c) Participação integral nos resultados das operações da companhia ou empreendimento beneficiário e, paridade com as ações ordinárias, seja qual for à forma de distribuição dos referidos resultados; d) Participação, sem restrições, nos aumentos de capital, decorrentes da descapitalização de reserva de lucros; e) Prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele, no caso de liquidação da sociedade, com base no seu valor patrimonial; Às Ações Preferências "A" fica assegurado o direito de voto, na hipótese de não pagamento pelo prazo de 03 (três) anos consecutivos dos dividendos que fizerem jus, direito este que será conservado até a respectiva quitação.

NOTA 17b - RESULTADO DO EXERCÍCIO: O saldo desta conta, em 31 de dezembro de 2022, foi negativo em R$ 66.978, e, em 31 de dezembro de 2021, negativo em R$ 1.302.711. Os valores que compõem estes saldos estão demonstrados no quadro nº 02. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (quadro nº 03) indica que a Companhia incorreu em prejuízo acumulado até 31/12/2022 no montante de R$ 13.667.076, com um passivo a descoberto no valor de R$ 8.451.737. E mantem o Passivo a Descoberto.

NOTA 17c – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: Os Ajustes tem a função de receber os valores que pertencem ao patrimônio da entidade e que tiveram seus valores revistos. Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	2021	2020
BAIXA DE VALORES DE BENS ATRIBUIDOS NA IMPLANTAÇÃO DO SIAP 2010	-452.379	-452.379
BAIXA DE DEPRECIAÇÃO DE BENS ATRIBUIDOS NA IMPLANTAÇÃO DO SIAP 2010	452.379	452.379
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - SALDO ANTERIOR	68.481	68.481
REVERSÃO PROCESSOS JUDICIAIS 2010	30.000	30.000
REVERSÃO PROCESSOS JUDICIAIS 2013	60.237	60.237
TOTAL	**158.718**	**158.718**

A conta Ajuste de Exercícios Anteriores será compensada com Prejuízos Acumulados, de acordo com a Lei 6.404/76, no exercício social de 2023.

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a empresa não identificou diferenças significativas entre os valores de mercado dos instrumentos financeiros e os valores apresentados nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 19 - COMPARAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS – RM X FIPLAN: Em 28/12/2022 houve um problema pontual nos servidores de informática da Bahia Pesca, conforme e-mail relatado pelo setor de Tecnologia da Informação, onde os dados dos sistemas: contábil, de faturamento e fiscal foram perdidos. Em função disso, foi necessário realizar a reinstalação do banco de dados, entretanto, não havia backup do período de agosto/2022 a dezembro/2022, portanto, 5 (cinco) meses de trabalhos perdidos. Dessa forma, não foi possível recuperar as informações, sendo assim, foi realizada uma força tarefa para digitar nos sistemas todas as informações novamente. Cumpre esclarecer que, no período de encerramento do Fiplan, 10 de janeiro de 2023, não havia, àquela época, tempo hábil para reescrituração nos sistemas supramencionados.

NOTA 20 - EVENTOS SUBSEQUENTES: Os registros contábeis e as operações da BAHIA PESCA S.A estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo.

Salvador/Ba, 31 de dezembro de 2022.

Alexandre José Sapucaia da Silva
Diretor Presidente

Renato Linhares de Albuquerque
Diretor Administrativo e Financeiro

Ubiramar Capinã Barbosa
Diretor Técnico

Maryluce Rodrigues de Souza Silva
Contadora - CRC 225320

RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA ENCERRADAS EM 31/12/2022

Aos Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas da BAHIA PESCA S/A. Salvador - Bahia.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BAHIA PESCA S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 , e as respectivas demonstrações do resultado do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição pa trimonial e financeira da BAHIA PESCA S/A em 31 de dezembro de 2022 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias Entidades, em consonância com as Leis 11.638/2007, 13.303/2016 , NBC TG 1000 (R1), NBC TSPs e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pe lo International Accountin g Standards Board (IASB).

Base para opinião sem ressalva sobre as demonstrações financeiras: A nossa auditoria foi conduzida de acordo com a s normas brasileira e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia , de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase

PASSIVO A DESCOBERTO – PATRIMÔNIO LÍQUIDO: A Bahia Pesca encontra se com o seu Patrimônio Líquido negativo, denominado como Passivo a Descoberto que significa que os valores das somas dos seus bens e direitos não cobrem o valor de suas obrigações. O saldo negativo em 31/12/2022 é R$ 8.451.737, em 31/12/2021 corresponde a R$ 8.384.759 previstos no CFC – 1.049/05, NBC T-3 e itens 54 a 59 da NBC TG-26. (Nota Explicativa n º 1).

PREJUIZOS ACUMULADOS: Conforme destacado na DMPL (Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido Passivo a Descoberto), a Bahia Pesca apura prejuízos acumulados, tendo saldo em 2022 de R$ 13.825.795, em 2021 de R$ 13.758.817, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO: Chamamos a atenção para a existência do problema pontual ocorrido nos servidores de informática (sistema de informação), em que não foi possível ao setor de TI recuperar o backup de 5 (cinco) meses de lançamentos nos sistemas Contábil, Faturamento e Fiscal. Dessa forma, houve, consequentemente, retrabalho para realizar os lançamentos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19. Vale salientar que as Demonstrações Financeiras foram levantadas com base nesses registros sistema RM SALDUS (da empresa TOTVS) e FIPLAN.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Os procedimentos de auditoria incluíram a análise documental dos processos supracitados correspondentes as ênfases.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras: A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, se concluídos que há distorção relevante no relatório da admin istração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria: Não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. Apenas temos os pontos de ênfase para melhores acompanhamento da Administração.

Outros Assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentado para fins de comparação, foram auditados por outros auditores, que emitiram o relatório datado de 29 de março de 2022, com opinião sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis a plicáveis em consonância com a Lei 11.638/07 adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles inte rnos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias e com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relev ante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria externa da entidade e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha resguardado divulgação pública do assunto. Salvador, 05 de abril de 2023.

EC Diferencial Auditores e Consultores In dependentes Ltda
CNPJ: 22.969.924/0001-33 | CRC/BA Nº 6 814/O-2
Cláudia Regina Cardoso Lima
Sócio CRC/BA n º. 022611/0-1 | CNAI n º 4757

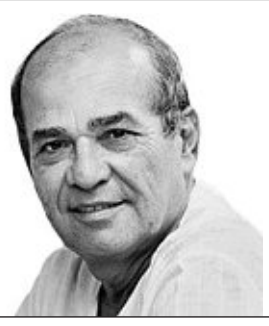
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Bahia Pesca S/A., em cumprimento à disposição legal e estatutária, após terem examinado e discutido o relatório da diretoria, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras do exercício de 2022, bem como tomarem conhecimento das determinações/recomendações do Tribunal de Contas do Estado da Bahia provenientes das auditorias realizadas nos dois últimos exercícios, incluindo o exercício da prestação de contas, seguem o parecer dos Auditores Independentes e encaminham os documentos ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária, recomendando a sua aprovação. Salvador, 13 de abril de 2023. Paulo Roberto Britto Guimarães - **Presidente**, Jussara Queiroz dos Santos - **Membro**, Zenor das Virgens Silva Neto - **Membro**.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros efetivos do Conselho de Administração da Bahia Pesca S/A., em cumprimento à disposição legal e estatutária vigentes, após terem examinado e discutido o relatório da diretoria, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras do exercício de 2022, opinam, com fundamento no parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, pelo encaminhamento dos referidos documentos à Assembleia Geral Ordinária, recomendando a sua aprovação. Salvador, 17 de abril de 2023. Wallison Oliveira Torres - **Presidente do Conselho**, Daniel Benício dos Santos Meirelles Victória - **Membro**, Nelson de Oliveira Simões Filho - **Membro**, Elisângela dos Santos Araújo - **Membro**, Ângela Cristina Santos Guimarães - **Membro**, Davidson de Magalhães Santos - **Membro**.

Levi Vasconcelos



ANÁLISE POLÍTICA, FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos
colunalevi@gmail.com

Após 231 anos, tem gente entre nós que é parente de Tiradentes

Logo após ter sido enforcado, em 21 de abril de 1792, o alferes José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, foi esquartejado e a cabeça exposta numa gaiola pendurada numa estaca na praça principal de Vila Rica de Ouro Preto, conforme a ordem, 'até que o tempo a consuma'.

Na primeira noite ela sumiu, tipo ninguém sabe, ninguém viu. E no lugar uma placa: *'Sr. Visconde. Por que temes em sepultar a cabeça do Tiradentes? Acaso pensas que dela podem brotar sementes?'*.

Só muito tempo depois se soube que quem roubou a cabeça foi Francisco Antonio Lisboa, O Aleijadinho, escultor, mestre da arte barroca em Ouro Preto, ainda hoje ídolo em Minas. E o fato revela um detalhe: desde as primeiras horas grande parte dos brasileiros não aceitaram passivamente a morte do alferes.

DESCENDENTES — Se o nosso herói da independência, cujo aniversário de morte hoje é feriado nacional, já era querido desde os tenros tempos em que lutar pela independência do Brasil era crime contra a coroa portuguesa, depois da independência, então, virou grife.

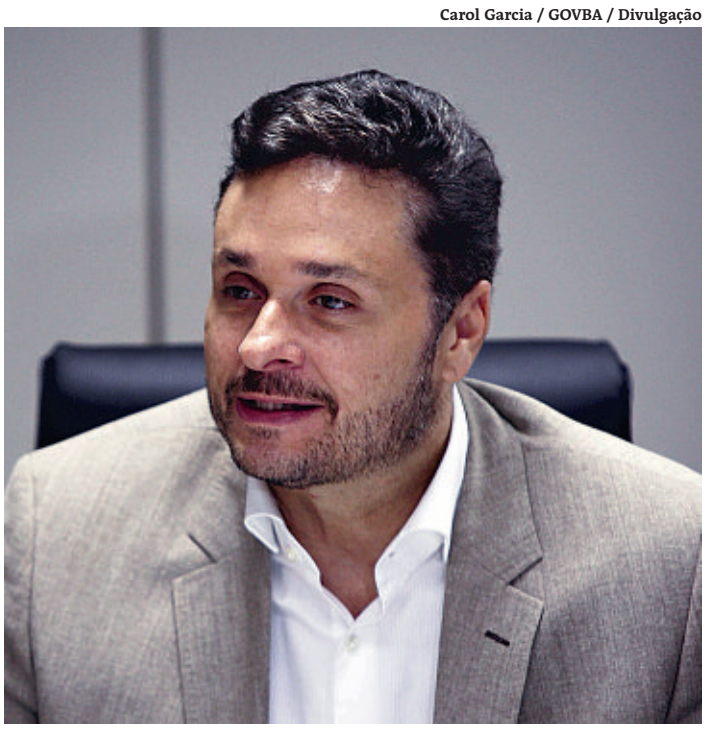
Assim o é que muita gente ao longo do tempo já requereu o parentesco e alguns até ganharam direito a pensões. É o que quer a família Beltrão, de Bom Despacho, em Minas. A atual geração se diz tetraneta dele.

É aí que entra o nosso colega jornalista Jefferson Beltrão:

— Minha mãe sempre disse que a família Beltrão é única.

Ou seja, ele também é parente. Da nossa parte, melhor abafar o caso. Dom Luiz de Vasconcelos, o vice rei da época, meu ancestral, foi quem mandou Tiradentes para a forca.

Carol Garcia / GOVBA / Divulgação



Vitório: apesar da redução no ICMS, a Bahia vai bem

Segundo Angelo Almeida, a viagem à China foi beleza pura

Angelo Almeida, secretário de Desenvolvimento Econômico, acompanhou Jerônimo na viagem à China e diz que o fato do governador baiano e comitiva terem chegado antes de Lula e cia foi um golaço.

— Ele (Jerônimo) conversou com as cúpulas e a empatia foi forte, acabou virando um protagonista.

Diz Angelo que além da ponte Salvador-Itaparica e da BYD, a fábrica de automóveis que se cogita ir para o lugar da Ford, em Camaçari, os chineses conversaram sobre outros vários setores.

— Eles demonstraram muito interesse também em estudar ferrovias e mineração. A Bahia hoje já é o terceiro estado do país em mineração. Temos 11 portos e terminais privados. Com conexão ferroviária o setor mineral vai disparar.

Diz Angelo que as conversas com os chineses prosseguem. Agora, é só ver acontecer.

No Zero Hora, festa do governo

Na passagem pelo Zero Hora, o bloco formado por jornalistas que abre a micareta de Feira de Santana, à zero hora de ontem, Jerônimo foi acompanhado dos secretários Bruno Monteiro (Cultura) e Angelo Almeida (Desenvolvimento Econômico), que é filho da terra.

Apesar de rodeado de jornalistas, as conversas limitavam-se à troca de cumprimentos. Jerônimo levou o filho. O que todos queriam mesmo era a folia.

Fato inédito: o IR supera o ICMS em arrecadação

Na passagem pela Assembleia esta semana, quando foi dar balanço do último quadrimestre do ano passado, Manoel Vitório, secretário da Fazenda, chamou a atenção para um fato inusitado: em 2022, pela primeira vez no país o ICMS perde para o Imposto de Renda. Isso por causa daquelas isenções e mudanças feitas no ano passado.

Historicamente o ICMS sempre foi o campeão, mas em 2022 ficou cerca de R$ 20 bilhões abaixo do IR, que alcançou R$ 710,13 bilhões, contra R$ 690,21 bilhões. Ressalva ele: isso não impediu que a Bahia mantivesse o equilíbrio nas contas e continuasse um dos líderes em investimento, abaixo apenas de São Paulo. Na mesma pegada, Jerônimo já investiu R$ 1,76 bilhão nos primeiros 100 dias de governo.

REGISTROS

SOS Coroa Vermelha 1

Líderes indígenas e comerciantes de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabrália, estão pedindo socorro. Moveram uma Ação Civil Pública pedindo uma "intervenção institucional do Estado" na Aldeia Pataxó Coroa Vermelha.

SOS Coroa Vermelha 2

Eles querem revitalizar a área, inclusive urbanisticamente. A degradação inclui o pequeno rio que desemboca ao lado da aldeia, que tem como ponto forte a venda de artesanato: está literalmente podre, poluído por esgotos.

Ou vai ou racha 1

Mariana Oliveira, pré-candidata a prefeita do PT em Jacobina, já disse que não aceita fazer aliança com o prefeito Tiago Dias (PCdoB) para o próximo ano. Acontece que PT e PCdoB, os partidos dela e dele, integram uma federação com o PV. E pela lei, têm que estar juntos. Ou eles vão se entender ou alguém vai mudar de sigla.

Ou vai ou racha 2

Aliás, a tal federação está causando rebuliço em alguns locais. Se alguém quiser se candidatar a prefeito pelo PT, por exemplo, o município tem que ter também diretórios do PCdoB e do PV, com um detalhe: todos têm que estar do mesmo lado.

CURTAS

STJ barra aposentadoria de magistrada baiana

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) impediu a concessão de aposentadoria voluntária à desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia Ilona Márcia Reis, afastada do cargo por responder à ação penal que apura a suposta prática dos crimes de organização criminosa, corrupção ativa e lavagem de capitais. Segundo o colegiado, o pedido da magistrada poderia atrasar o desenvolvimento processual, pois teria como consequência o afastamento da prerrogativa de foro no STJ e o direcionamento do caso para a Justiça estadual da Bahia.

Anderson Torres vai prestar novo depoimento à PF

O ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, deve prestar novo depoimento para a Polícia Federal no inquérito que investiga os atos golpistas registrados no dia 8 de janeiro. A determinação foi divulgada ontem pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Seguindo a determinação do STF, Torres deve comparecer à sede da PF na próxima segunda-feira. O depoimento está marcado para às 14h. Anderson Torres está preso no 4º Batalhão da Polícia Militar, no Guará, em Brasília.